

LEI Nº 258 / 2010

de 08 de março de 2010

Cria o Conselho Municipal de Cultura de Ipu, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPU,

Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE IPU aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º – O Conselho Municipal de Cultura de Ipu, mencionado pela Lei Municipal Nº 171, de 31 de Dezembro de 2007, no seu artigo 2º, é órgão integrante do Sistema Municipal de Cultura, fica criado a partir da publicação desta Lei.

Art. 2º – O Conselho Municipal de Cultura de Ipu é o órgão que, no âmbito da área cultural do Município, institucionaliza a relação entre a Administração Municipal e os setores da sociedade civil ligados à cultura, participando da elaboração e do acompanhamento da política cultural de Ipu, bem como da fiscalização do Fundo Municipal de Cultura.

Art. 3º – O mandato dos membros do Conselho Municipal de Cultura terá a duração de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Parágrafo Único – Perde o mandato o conselheiro que deixar de comparecer, sem justa causa, a 5 (cinco) reuniões consecutivas ou a 10 (dez) intercaladas, em cada período de um ano, conforme deliberação a ser definida no Regimento Interno.

Art. 4º – A função de membro do Conselho Municipal de Cultural de Ipu será considerada de relevante interesse público para a cultura do Município e o seu exercício tem prioridade em relação aos cargos públicos municipais de que sejam titulares os conselheiros.

Art. 5º- O Conselho Municipal de Cultura de Ipu, presidido pelo Secretário Municipal de Cultura, e na sua ausência ou impedimento, pelo Secretário-Geral do Conselho, será constituído por 20 (vinte) membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I – 10 (dez) membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público através dos seguintes órgãos e quantitativos:

1. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Ipu - 03 titulares, sendo um deles o Secretário de Cultura, e 03 suplentes;

2. Representante de Órgão do Poder Público Estadual em Ipu - 01 titular e 01 suplente



- 3. Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Ipu-** 01 titular e 01 suplente;
- 4. Representante de Órgão do Poder Público Federal em Ipu -** 01 titular e 01 suplente;
- 5. Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento-** 01 titular e 01 suplente;
- 6. Secretaria Municipal de Relações Institucionais -** 01 titular e 01 suplente;
- 7. Legislativo Municipal de Ipu -** 01 titular e 01 suplente;
- 8. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico -** 01 titular e 01 suplente

II – 10 (dez) membros titulares e respectivos suplentes, com atuação no Município, representando a sociedade civil através dos seguintes setores e quantitativos:

- 1. Artes Visuais -** eleitos: 01 titular e 01 suplente;
- 2. Artesanato -** eleitos: 01 titular e 01 suplente;
- 3. Audiovisual -** eleitos: 01 titular e 01 suplente;
- 4. Literatura-** eleitos: 01 titular e 01 suplente;
- 5. Música -** eleitos: 01 titular e 01 suplente;
- 6. Artes Cênicas -** eleitos: 01 titular e 01 suplente;
- 7. Instituição Cultural Não-Governamental-** eleitos: 01 titular e 01 suplente;
- 8. Representante das Entidades Religiosas-** eleitos: 01 titular e 01 suplente;
- 9. Representante da Cultura Afro- Brasileira-** eleitos: 01 titular e 01 suplente;
- 10. Representante dos Blocos Carnavalescos-** eleitos: 01 titular e 01 suplente;

§ 1º Os membros titulares e suplentes serão designados ou eleitos conforme Regimento Interno do Conselho.

§ 2º O Conselho Municipal de Cultura de Ipu deverá eleger, entre seus membros, o Secretário-Geral com o respectivo suplente.

§ 3º Nenhum membro representante da sociedade civil, titular ou suplente, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Município do Ipu.

§ 4º Em caso de empate, o Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Ipu é detentor do voto de Minerva.

Art. 6º Os representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Cultura de Ipu serão eleitos nos respectivos Fóruns Permanentes de Cultura quando estes forem criados.

§ 1º Os Fóruns Permanentes de Cultura, quando criados, atuarão em conjunto com o Conselho Municipal de Cultura de Ipu para discussão, avaliação e formulação de políticas e ações culturais ao Município, que incluam questões como gestão cultural, memória, formação, divulgação, exibição, incentivo, pesquisa, intercâmbio organização, descentralização, geração de renda, acesso aos bens culturais, parcerias, entre outras.



§ 2º O Regimento Interno definirá o funcionamento dos Fóruns Permanentes de Cultura.

§ 3º Enquanto os Fóruns Permanentes de Cultura não forem criados e instituídos, a escolha dos representantes da sociedade civil, será efetivada em reunião específica para este fim, por aclamação da plenária, dentre os candidatos afins e presentes.

§ 4º A reunião de que trata o parágrafo terceiro, deve ser amplamente divulgada nos veículos de comunicação disponíveis no Município.

Art. 7º – Ao Conselho Municipal de Cultura de Ipu, que tem caráter deliberativo, normativo e consultivo, compete:

- I** – elaborar e aprovar o Plano Municipal de Cultura, a partir das orientações definidas na II Conferência Municipal de Cultura de Ipu;
- II** – acompanhar a execução do Plano Municipal de Cultura de Ipu;
- III** – avaliar e emitir parecer anual sobre a execução das diretrizes e metas anuais da Secretaria Municipal de Cultura, bem como as suas relações com a sociedade civil;
- IV** – integrar-se ao Sistema Nacional de Cultura - SNC, para garantir a continuidade dos projetos culturais de interesse do Município, como também nas esferas estadual e federal;
- V** – propor, analisar, fiscalizar e acompanhar as iniciativas culturais da Secretaria de Cultura, assim como as ações e políticas públicas de desenvolvimento cultural em parceria com governos municipais, estadual e federal, ou agentes privados, bem como políticas de geração, captação e alocação de recursos para o setor cultural;
- VI** – estimular a democratização e a descentralização das atividades de produção e difusão culturais no Município, visando garantir a cidadania cultural como direito de acesso e fruição aos bens culturais, de produção cultural e de preservação da memória histórica, social, política e artística;
- VII** – apresentar, discutir e dar parecer sobre projetos que digam respeito à produção, ao acesso e à difusão cultural, à memória sociopolítica, artística e cultural de Ipu, quando provocado pelo Secretário de Cultura e pela sociedade;
- VIII** – propor critérios de ocupação dos equipamentos culturais do Município;
- IX** – propor e analisar políticas de geração, captação e alocação de recursos para o setor cultural;
- X** – presidir, através de seu presidente, o Sistema Municipal de Cultura de Ipu;
- XI** – apreciar e aprovar as diretrizes do Sistema de Incentivos Fiscais.
- XII** – fiscalizar o cumprimento das diretrizes e instrumentos de financiamento da cultura no âmbito do Município de Ipu;
- XIII** – acompanhar a atualização do Cadastro Municipal de Entidades Culturais de Ipu – CMEC;
- XIV** – elaborar seu Regimento Interno.
- XV** – Alimentar o cadastro da produção cultural, garantindo a sua difusão frente a cadeia produtiva da cultura.
- XVI** – Articular com as demais secretarias a inserção das linguagens artísticas nos seus respectivos projetos educativos e de comunicação.



XVII – Potencializar os artistas locais enquanto formadores de novos quadros culturais nas suas comunidades.

Parágrafo Único – O Conselho Municipal de Cultura de Ipu– CMCI terá garantido, para os fins do disposto neste artigo, o direito de acesso às documentações administrativa e contábil da Secretaria Municipal de Cultura de Ipu, assegurado o direito de análise de questões julgadas relevantes, na forma de seu Regimento Interno, bem como o direito de publicação de suas resoluções no Diário Oficial do Município, quando houver, e na mídia local existente.

Art. 8º – A manutenção do Conselho Municipal de Cultura correrá à conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Cultura de Ipu, mediante plano de aplicação aprovado pelo gestor da Secretaria.

Art. 9º – Enquanto não for publicado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura de Ipu, permanecem em vigor as orientações do Órgão Gestor da Cultura no Município.

Art. 10 – O Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura de Ipu determinará, entre outras coisas relativas ao seu funcionamento, a periodicidade das reuniões, a forma de sua convocação, bem como das reuniões extraordinárias.

Parágrafo Único – O Regimento Interno de que trata este artigo será editado por através de Decreto do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 11 – As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do vigente orçamento do município.

Art. 12 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPU (CE), aos oito dias do mês de março de 2010



Henrique Sávio Pereira Rontes
Prefeito Municipal de Ipu